

O exercício do pensar e a formação de indivíduos conscientes: uma análise à luz de Hannah Arendt

The exercise of thinking and the formation of conscious individuals:
an analysis in light of Hannah Arendt

Paulo Gabriel Mota Bonfim¹
Sandro Silva Araujo²

Resumo

O pensamento político e filosófico de Hannah Arendt é caracterizado por sua investigação acerca das origens e dinâmicas dos movimentos totalitários, como também do impacto da reflexão ética no campo social, demonstrando como a ausência de pensamento pode dar espaço para a intensificação da banalidade do mal. Nesse sentido, o presente artigo pretende analisar o impacto e a influência do exercício do pensar autêntico na formação de seres humanos conscientes e capacitados em resistir a manipulações inerentes a propaganda totalitária. Para isso buscou-se identificar a importância e a relação exercida pelo pensamento crítico na formação humana, o funcionamento dos mecanismos de manipulação utilizados pelos movimentos totalitários e sua contribuição para uma submissão cega. A elaboração deste estudo foi realizada a partir da análise e reflexão do pensamento arendtiano, com ênfase nas obras *Origens do totalitarismo* e *Eichmann em Jerusalém*, bem como outros textos de autores que trabalham e discutem sobre a importância do pensamento crítico na vida humana, deixando uma contribuição significativa ao campo acadêmico e à sociedade em geral, sobre a importância do pensamento para manutenção da autonomia e da liberdade humana. Portanto, entende-se que a chave para a resposta dessa problemática reside na autonomia, permitindo ao ser humano o encontro consigo mesmo e, por conseguinte, retomando sua consciência para agir e vivenciar o seu papel na esfera pública e política, ou seja, cultivando o que é bom para o bem-estar social, e automaticamente libertando-se do autoritarismo e de suas propostas manipuladoras.

Palavras-chave: Pensamento crítico. Totalitarismo. Manipulação. Banalidade do mal. Liberdade humana.

Abstract

Hannah Arendt's political and philosophical thought is characterized by her investigation into the origins and dynamics of totalitarian movements, as well as the impact of ethical reflection in the social field, demonstrating how the absence of thought can give rise to the intensification of the banality of evil. In this sense, this article aims to analyze the impact and influence of the exercise of authentic thinking in the formation of conscious human beings who are able to resist the manipulations inherent in totalitarian propaganda. To this end, we sought to identify the importance and relationship of critical thinking in human formation, the mechanisms of manipulation used by totalitarian movements and their contribution to blind submission. This study was based on the analysis and reflection of Arendt's thought, with an emphasis on the works *Origins of Totalitarianism* and *Eichmann in Jerusalem*, as well as other texts by authors who work and discuss the importance of critical thinking in human life, leaving a significant contribution to the academic field and to society in general, on the importance of thought in maintaining human autonomy and freedom. Therefore, it is understood that the key to answering this problem lies in autonomy, allowing humans to meet themselves and, consequently, regain their awareness to act and experience their role in the public and political sphere, in other words, cultivating what is beneficial for social well-being and, automatically, liberating themselves from authoritarianism and its manipulative proposals.

Keywords: Critical thinking. Totalitarianism. Manipulation. Banality of evil. Human freedom.

¹ Graduado em Filosofia (2024), Universidade São Francisco, e-mail: paulogabrielmota@hotmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3527460378453441>.

² Graduado em Filosofia e Teologia. Especialista em Psicologia do Desenvolvimento Infantil e Adulto pelo Centro Universitário de Araraquara. Professor do curso de Teologia da Universidade São Francisco e tutor online nos componentes de Ciências Humanas e Sociais nos cursos do Programa de Ensino à Distância (PED) e Ensino à Distância (EAD), e-mail: sandro.araujo@usf.edu.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474341707209722>.

Introdução

Hannah Arendt é, sem dúvida, uma das principais referências da filosofia política do século XX. Nasceu em Hanôver, na Alemanha, em 1906, no seio de uma família judia. De 1924 a 1929, frequentou os cursos de Licenciatura Grega, Teologia e Filosofia. Durante sua trajetória acadêmica conheceu figuras de extrema importância para a história da filosofia, como Edmund Husserl, Martin Heidegger e Karl Jaspers — fontes de grande inspiração para a construção de sua mentalidade filosófica.

Entretanto, devido à difusão do projeto antissemita dos nazistas, em 1933, foi obrigada a deixar a Alemanha com sua família e refugiar-se em Paris, onde trabalhou com organizações que ajudavam crianças judias a imigrar para a Palestina, além de também conhecer outros grandes pensadores da época, como: Alexandre Koyré e Jean-Paul Sartre. Em 1940, foi detida como prisioneira de guerra com outros judeus na França, mas conseguiu escapar e fugir para os Estados Unidos. A partir de então, começou a desenvolver mais seriamente e profundamente o seu trabalho filosófico, escrevendo para diversas revistas e ministrando aulas de filosofia política em grandes universidades, como Princeton e Columbia.

Sendo uma crítica intensa e sobrevivente dos terrores nazistas, sua análise política e filosófica é de extrema relevância para a compreensão e interpretação das origens e dinâmicas dos movimentos totalitários. Sua obra é considerada como complexa por estudiosos da área, pois contempla aspectos de filosofia, política, ética, história e sociologia em um só conjunto, tornando-se uma fonte relevante de inspiração para discussões e reflexões sobre os dilemas morais e políticos da contemporaneidade.

No campo acadêmico, seu trabalho mais relevante é *Origens do totalitarismo*, publicado no ano de 1958. Nesta obra, Arendt examina as origens, dinâmicas e consequências do totalitarismo, com foco nos regimes nazista e stalinista. Dessa forma, ela investiga as condições sociais, políticas e culturais que possibilitaram o surgimento desses regimes e explora suas características de dominação mais importantes.

No entanto, é com a obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, de 1963, que a influência do trabalho de Arendt se torna mais evidente, até mesmo fora do campo filosófico — e cuja problemática desta respectiva pesquisa está

disposta. Este livro seria como uma extensão dos conteúdos abordados na obra destacada anteriormente, pois nele a autora narra o julgamento de Adolf Eichmann, um oficial nazista responsável pela logística da chamada solução final, ou seja, o plano nazista de aniquilação do povo judeu em todo o território europeu. Em sua análise jornalística acerca de figura de Eichmann, Arendt foi capaz de identificar nele a figura de um homem longe de ser um monstro, um fanático ou até mesmo alguém que sofria de distúrbios mentais. Ao contrário, argumentou que o mesmo era simplesmente uma pessoa comum e medíocre, isto é, um simples burocrata que obedecia a ordens sem as questionar e totalmente incapaz de pensar. Dessa forma, ela cunhou o famoso termo banalidade do mal³ para descrever a natureza comum e desprovida de reflexão ética dos atos cometidos por Eichmann e de outros responsáveis pelo Holocausto.

A partir das análises de Arendt em relação às estruturas e dinâmicas dos movimentos totalitários e da atitude medíocre de pessoas praticantes de um mal banal, como Adolf Eichmann, o presente trabalho tem por objetivo avaliar o impacto e a influência do exercício do pensar autêntico e do pensamento crítico na formação de seres humanos conscientes e capazes de resistir à manipulação inerente da propaganda totalitária e, em última instância, contribuir para a formação de uma sociedade mais consciente e livre.

Busca-se analisar, dessa forma, a relação entre o exercício do pensar autêntico e o desenvolvimento do pensamento crítico na formação de indivíduos conscientes; investigar como o pensamento crítico influencia na resistência a propostas manipuladoras, com ênfase na prevenção da banalidade do mal associada a movimentos totalitários, como o nazismo; identificar os mecanismos de manipulação dos movimentos totalitários e sua influência para a ausência de pensamento crítico, bem como sua contribuição para submissões cegas; explorar a importância do pensamento autêntico como forma de resistência à manipulação; e examinar a conexão entre as teorias de Hannah Arendt, o nazismo e as práticas que promovem o pensamento crítico.

³ A banalidade do mal, conforme a filósofa alemã, está inserida em um contexto de mediocridade e incapacidade de pensamento por parte do ser humano. O termo se diferencia do desejo ou da intenção pela aplicação do mal, personificado e associado ao indivíduo perverso ou maléfico. É através da ausência de pensamento que a banalidade do mal se estrutura na sociedade, tornando-se uma mera execução técnica de ordens.

Sendo assim, o intuito do primeiro capítulo desta pesquisa é discutir a importância do pensamento crítico na trajetória da filosofia, começando pela mudança do mito para a razão. Também é enfatizada a passagem para uma perspectiva lógica do cosmos e a capacidade humana de observar, raciocinar e argumentar. O capítulo seguinte aborda como o pensamento crítico permite que as pessoas questionem, reflitam e formem suas próprias opiniões, afastando-se de ideias convincentes e firmadas por um senso comum, ressaltando a relevância essencial do pensamento crítico para a edificação de uma sociedade livre e consciente. No terceiro capítulo, abordamos a manipulação como uma forma de persuadir e controlar, utilizada por pessoas ou grupos de ideologia totalitária em busca de poder. Também analisamos como discursos manipuladores envolvem emoções e crenças populares, desviando a atenção de sua verdadeira intenção mediante uma retórica cativante. O quarto capítulo explora como os movimentos totalitários empregam a manipulação para consolidar seu poder político. A fragilização da sociedade, a criação de uma realidade imaginária, o medo, a despersonalização e a divisão política são consideradas algumas das etapas em busca de justificativas para a violência e para o controle totalitário. No quinto capítulo, planejamos examinar detalhadamente o conceito de banalidade do mal introduzido por Hannah Arendt através de sua análise da figura comum de Adolf Eichmann, mostrando como a falta de pensamento crítico e de atenção ética permitiu a liberdade de atrocidades, e demonstrando que a maldade pode se manifestar não só em pessoas malignas ou doentes, mas também na obediência cega e na ausência de questionamentos. Finalmente, a intenção do sexto e último capítulo é mostrar como os movimentos totalitários enxergam o pensamento crítico como o maior inimigo para sua edificação. Além disso, buscamos enfatizar a obrigação de cada indivíduo em praticar o pensamento crítico para evitar a recorrência de atrocidades, mostrando como a abdicação do exercício do pensar é também uma forma de contribuir para o mal banal.

Pode-se dizer, portanto, que o trabalho em questão busca beneficiar tanto o meio acadêmico quanto a sociedade como um todo, ao discutir a relevância do pensamento crítico na manutenção da autonomia e da liberdade humana, evitando tragédias históricas e promovendo uma reflexão ética sobre a importância desses elementos na construção de uma sociedade mais justa e livre.

1. O exercício do pensar alinhado à tradição filosófica

Em primeiro lugar, é importante enfatizar que quando discutimos o exercício do pensamento, estamos nos referindo a uma prática que reflete profundamente a essência humana. No entanto, não podemos precisar com exatidão o momento em que o ser humano começou a valorizar e reconhecer a importância de pensar e integrar essa prática em suas relações cotidianas. Podemos, por outra perspectiva, traçar uma ligação com essa necessidade a partir do surgimento de questionamentos filosóficos e metafísicos, de acordo com a própria história.

A tradição filosófica é rica em questões relacionadas à atividade do pensar e/ou ao pensamento crítico desde o seu nascimento, ou melhor, desde a famosa *passagem do mito ao logos*, que representa, particularmente, a transição de uma maneira de interpretar o mundo, a realidade e a própria condição humana com base em narrativas tradicionais e simbolismos ligados a forças sobrenaturais para um novo discurso que buscava compreender a natureza e os princípios do universo por meio da observação, da razão e da argumentação lógica. Pode-se dizer, dessa forma, que o pensamento crítico se apresenta como a própria essência da filosofia, traçando uma linha concisa que vai desde sua origem na filosofia pré-socrática até as correntes filosóficas contemporâneas, tornando-se o centro de todo esse movimento, que tem como seu ponto de partida o espanto⁴ e a reflexão.

Quando olhamos para a história e suas particularidades, percebemos que as características de interpretação do pensamento crítico estão sempre em total harmonia, dialogando com a realidade presente e formando tudo aquilo que observamos nos diversos manuais de filosofia.

Na Grécia Antiga, por exemplo, pensadores proeminentes como Sócrates, Platão e Aristóteles exerceram sua filosofia como forma de criticar as estruturas da

⁴ Considerado como o ponto de partida da atividade filosófica, ou seja, fazendo com que o indivíduo permaneça sempre conectado com sua realidade e com suas ações em constante incomodo, possibilitando o desenvolvimento de uma postura crítica, racional e questionadora. Quando o homem se espanta com o mundo em que vive, fica curioso, admirado e, dessa forma, começa a indagar o porquê das coisas, dos fenômenos e das ações, buscando por explicações mais rigorosas.

*pólis*⁵ e as ideias presentes em sua época. Sócrates se utilizava de seu método denominado *maiêutica* para dar à luz, ou melhor, provocar a reflexão e fazer surgir, como um ato de rememorar, as ideias já existentes no interior de seus interlocutores; Platão, por outro lado, valorizava a busca pela verdade manifestada por um mundo ideal, e criticando todo tipo de superficialidade, que seria para ele, uma espécie de aprisionamento a um mundo terreno e fictício. Nesse sentido, o pensamento seria como uma espécie de diálogo do homem consigo mesmo, permitindo com que seus olhos se abram para enxergar a luz da verdade; Aristóteles, por sua vez, enfatizou a lógica e a argumentação rigorosa como fontes essenciais para a investigação filosófica e científica, fazendo do pensamento um exercício que visa a contemplação da verdade.

Na Idade Média, com a era cristã, o pensamento crítico tem sua estrutura alinhada ao contexto da chamada filosofia escolástica. Pensadores como Santo Agostinho e Tomás de Aquino buscavam alinhar a fé cristã com o pensamento crítico e racional, ou seja, empregando métodos racionais da filosofia para investigar e sustentar as questões teológicas de sua fé. Com a filosofia exercendo o papel de serva da teologia, o pensamento passa também a ser interpretado como um exercício de meditação que levaria o homem à contemplação.

No período marcado pela Idade Moderna, o Renascimento, rompendo com a tradição cristã, renovou consigo as ideias propagadas anteriormente pela filosofia clássica, fazendo da razão filosófica a base de toda investigação crítica. Filósofos como Descartes estabeleceram suas próprias abordagens filosóficas por meio de uma técnica chamada dúvida metódica, visando a construção de sistemas de conhecimento seguros e indubitáveis. Já com o Iluminismo, destacado por figuras como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, o pensamento crítico se molda através da luta contra os poderes estabelecidos, principalmente o absolutismo monárquico e os privilégios da Igreja, tornando-se a própria defesa da liberdade de pensamento e de expressão.

Atualmente, a realidade não difere, uma vez que o pensamento crítico continua a ser a força motriz da vivência filosófica, dando destaque, sobretudo, para

⁵ Modelo político da antiga cidade-estado grega, que representa um dos mais importantes aspectos para o desenvolvimento e organização da sociedade antiga.

interpretações ligadas ao campo político e social. Em sua filosofia analítica, Russell enfatiza a importância da clareza conceitual e da análise rigorosa da lógica. Do mesmo modo, pensadores como Heidegger e Foucault se destacam com seus questionamentos às estruturas do pensamento ocidental, desafiando as noções estabelecidas de verdade e poder, como também buscando responder às questões ligadas ao significado do ser.

Tudo isso nos mostra que, ao longo da história da filosofia, o pensamento crítico tem sido uma força vital, relacionando-se com o próprio contexto temporal, impulsionando o progresso intelectual e aprofundando nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. E é através da capacidade de questionar, examinar e criticar que a filosofia continua a desempenhar um papel de extrema relevância na busca pelo conhecimento, pela sabedoria e pela autonomia. Em suma, pode-se afirmar que, independentemente do contexto em que estejamos inseridos, seremos reflexos daquilo que os homens sempre foram durante a história: seres pensantes.

2. A influência do pensamento crítico na vida humana e na formação de um ser humano livre e consciente

Nesse sentido, entende-se que o chamado pensamento crítico se refere à capacidade humana de avaliar, questionar, argumentar, bem como refletir sobre os mais diversos conceitos. Em termos mais específicos, é uma atividade que faz o ser humano “perceber o ser” (Buzzi, 1972, p. 17) e de aproximar-se dele, formando uma abordagem intelectual que envolve uma profunda análise de conceitos e argumentos com o intuito de chegar a conclusões fundamentadas. Tal prática faz com que o homem se afaste daquilo que chamamos de senso comum, assim como de suas próprias crenças, abrindo-se, dessa forma, ao diálogo reflexivo e à análise crítica em busca de uma compreensão mais profunda das questões que o cercam e do próprio conhecimento.

A existência humana pressupõe a sua capacidade racional em comparação com todos os outros seres vivos, ou seja, o homem é um ser racional por natureza; é único ser que detém a capacidade de pensar, argumentar, analisar, resolver questões e tomar suas decisões. E é por essa razão que o pensamento crítico atua de forma essencial na formação de um ser humano livre e consciente e, conseqüentemente,



capaz de viver em sociedade. Portanto, a atividade humana de pensar é a grande chave para a libertação da autonomia humana, pois o pensamento crítico capacita o ser humano para questionar informações superficiais, distinguir aquilo que é ou não autêntico e resistir a influências arbitrárias que buscam moldá-lo a um padrão pré-estabelecido, tornando-se, por outro lado, um indivíduo independente e capaz de estabelecer seu entendimento próprio sobre o mundo e sobre seu modo de viver.

Além disso, pode-se dizer que o pensamento crítico não se posiciona tão somente no auxílio individual do ser humano, mas também é capaz de conscientizar toda uma sociedade para sua atuação política e social, isto é, tornando-se agentes ativos e desenvolvendo uma consciência crítica para questionar injustiças, buscar melhorias para o bem coletivo, assim como estabelecerem uma consciência ativa sobre as implicações éticas de suas ações e decisões.

Uma das melhores formas de se entender como o pensamento atua na vida humana é traçando um paralelo com as ideias difundidas por Platão em sua *Alegoria da Caverna*⁶, na qual o filósofo retrata a jornada do ser humano ignorante em busca do conhecimento e da libertação de sua mente. Pensar é necessariamente aquilo que Platão apresentou, ou seja, é libertar-se das correntes do senso comum, libertar-se das escuras cavernas que nos aprisionam, impedindo-nos de enxergar a luz, ou melhor, a realidade. Pensar é contestar, examinar, esclarecer, explorar, argumentar, criar, avaliar, raciocinar dialogica ou dialeticamente. Pensar é aquilo que torna o ser humano capacitado para defender seus próprios interesses, suas posições, crenças, hipóteses e teorias, isto é, tornando-o um agente ativo no processo de debate de questões, ideias e argumentos que visam a busca pela verdade e pela justiça, bem como de se defender dos interesses e das opiniões externas que o rodeiam. Em suma, pensar é, conforme afirma Hannah Arendt, parte da condição humana que move o seu espírito e liberta suas faculdades espirituais, conferindo-lhe o sentido e o significado de sua existência, levando-o à ação⁷.

⁶ “Mito exposto por Platão no livro VII da República, segundo o qual a condição dos homens no mundo é semelhante à de escravos presos numa caverna, que só conseguem enxergar projetadas no fundo da caverna as sombras das coisas e dos seres que estão fora. A filosofia é, em primeiro lugar, a saída da caverna e a observação das coisas reais e do princípio da sua vida e da sua cognoscibilidade, isto é, do Sol (o bem); e, em segundo lugar, o retorno à caverna e a participação nas obras e nos valores próprios do mundo humano (Rep., 519 c-d)”. (ABBAGNANO, 2007, p. 151).

⁷ Considerado por Arendt como a atividade humana mais fundamental, centro de sua condição e, conseqüentemente, centro da atividade política. A ação é a reunião de pessoas no espaço público como

3. A manipulação e suas dinâmicas

Mas quando o ser humano decide negar e/ou afastar-se desses princípios, acaba dando espaço para que propostas manipuladoras tenham evidência e força no meio da sociedade.

Um discurso manipulador caracteriza-se pela persuasão e pelo controle que um determinado personagem ou movimento utiliza para captar pessoas em prol de seus objetivos particulares, que geralmente está interligado com o desejo excessivo pelo poder e pelo controle. Isso seria como uma espécie de aprisionamento da mente que visa bloquear toda autonomia do ser humano, criando uma sociedade de marionetes, incapazes de agir e pensar.

No entanto, engana-se quem pensa que discursos manipuladores são discursos de caráter rasos ou vazios, ou até mesmo fáceis de serem desmascarados, visto que uma das principais estratégias utilizada por tais movimentos é a de discursar sobre aquilo que a massa social deseja ouvir, ou melhor dizendo, personificando em uma figura ou proposta aquilo que manifesta o desejo de ódio da massa, apelando, nesse aspecto, ao uso de técnicas retóricas, argumentos falaciosos, conexões emocionais, distorção da verdade, promessas vazias ou até mesmo se adequando as crenças e aos comportamentos de uma grande parcela da sociedade — e às vezes sem nem mesmo ter um desejo efetivo por tal proposta, pois o que importa de fato é sua utilização como “truque demagógico para conquistar as massas” (Arendt, 2012, p. 25). Com isso, pode-se dizer que um discurso manipulador apresenta-se como um discurso salvador, isto é, criando uma conexão emocional forte com o público, tocando em suas dores com o intuito de gerar uma confiança e lealdade cega, uma vez que a maneira mais fácil de convencer um determinado povo é quando ele se encontra em estado de desespero.

forma de sustentação de sua própria liberdade, criando um espaço democrático de lutas, reivindicações, contradições, entre outras ações coletivas.

4. A manipulação ligada às perversidades dos movimentos totalitários

A filósofa alemã Hannah Arendt destaca que a grande força dos discursos manipuladores presentes na história tem sua base de sustentação justamente nos movimentos totalitários. E buscando reforçar sua ideia, ela analisa as estruturas de organização do antissemitismo nazista pregado e propagado pela figura de Adolf Hitler. Para Arendt, o nazismo, assim como outros movimentos totalitários, se sustenta por meio de algumas etapas de manipulação até chegar ao seu ponto máximo.

Primeiramente, os nazistas utilizaram-se do enfraquecimento e do descontentamento do povo alemão, tornando as pessoas cada vez mais suscetíveis à alienação — afinal, o grande inimigo de qualquer movimento totalitário é todo aquele que pensa. Em seguida, vem o estágio da criação de um mundo fictício com explicações simplistas da realidade vivenciada, no qual a violência e a repressão por meio da força são justificáveis para se alcançar o grande desejo da sociedade em geral. Com a violência sendo justificada, passa-se para o estágio de terror e desumanização daqueles que são vistos como inimigos, reduzindo tais pessoas a simples números, dado que não há nada mais importante que manter o controle. Tendo o controle em suas mãos, não há mais a necessidade da participação da sociedade na esfera política — dessa forma, as pessoas são isoladas das questões políticas para que as ideias totalitárias floresçam cada vez mais. Por fim, com as pessoas fora do ambiente político e sem conhecimento dos fatos cotidianos, cria-se a necessidade de apresentar-se uma narrativa coerente, repleta de manipulações que justifiquem a violência implementada.

Conforme mencionado anteriormente, um movimento totalitário busca estabelecer a força de sua propaganda política naquilo que justamente vem enfraquecendo a sociedade. No caso do regime nazista, por ser uma corrente oriunda do fascismo de Mussolini, destacam-se características como: o conservadorismo social, a rejeição à democracia, o desprezo pelas liberdades individuais, o culto à violência e, sobretudo, o ultranacionalismo (de forma desenfreada). Dessa forma, pode-se dizer que suas ideias e/ou soluções políticas propagadas não surgiram do nada, especialmente as que se referem ao antissemitismo ou à superioridade de uma raça pura (o povo germânico). Desde a Idade Média, as ideias de superioridade de



um determinado povo em relação ao outro já eram amplamente difundidas na cultura europeia. Em diversos momentos, os judeus, chamados de “povo sem pátria”, tomaram este espaço de inferioridade perante a sociedade europeia, assumindo a responsabilidade de todas as adversidades que ocorriam pelo mundo, sejam elas doenças, dificuldades econômicas ou até mesmo conflitos políticos. O ódio contra os judeus era tão extremo na Europa a ponto de surgirem diversas teorias da conspiração que sustentavam a ideia de que esses tramavam planos para dominar o mundo, algo que os tornaria pessoas extremamente perigosas e sem credibilidade perante a sociedade — um ódio que perpassa diversas motivações, incluindo questões religiosas, econômicas, políticas e culturais.

Outro fator fundamental que contribuiu para o desenvolvimento e a sustentação da ideologia nazista foi justamente a situação vivenciada pela Alemanha no período pós-Primeira Guerra Mundial. As condições impostas pelo Tratado de Versalhes à Alemanha eram humilhantes, o que contribuiu significativamente para a instabilidade política e econômica do país, gerando crises constantes, miséria e fome. E toda essa situação de imposições e/ou punições fez com que o ressentimento da população crescesse cada vez mais, motivando diversos grupos revolucionários (especialmente da classe trabalhadora) a se movimentarem e se inspirarem em ideologias de cunho nacional-socialista (que formaria mais tarde o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou simplesmente Partido Nazista), que defendiam a superioridade de uma suposta raça ariana, propagando o ódio aos judeus e aos comunistas, como também defendendo o nacionalismo extremo e a força militar como forma de restauração da grandeza da Alemanha.

É justamente a partir dessas dores que Hitler consegue, após diversas circunstâncias políticas e estratégias golpistas, sua ascensão como o *Führer*⁸, criticando fortemente o Tratado de Versalhes, amadurecendo ainda mais o ódio contra os judeus (e contra todos os que pertenciam ao grupo de pessoas indesejáveis para a construção de uma nova sociedade) e enfatizando a superioridade da nação alemã, assim como a necessidade de expandir seu território para alcançar o tão sonhado triunfo da Grande Alemanha.

⁸ Termo alemão utilizado para representar a figura de autoridade de um líder. O termo ficou mais conhecido mundialmente após ter sido adotado por Hitler e seus seguidores para definir o seu papel de comando no Terceiro Reich alemão.

Com isso, nota-se que a tática de manipulação empregada por Hitler é caracterizada por sua articulação que vai ao encontro das frustrações e do medo vivenciado pelo povo alemão em sua época, explorando o descontentamento social através da forte promessa de restauração da grandeza da Alemanha. Todas as aparições públicas do líder nazista eram ensaiadas como se fosse para uma peça de teatro, bem como minuciosamente calculadas, ou seja, sempre realizadas da mesma forma desde sua fala até de seus movimentos corporais com o objetivo de demonstrar sua imponência para manipular e controlar as ações por trás de sua oratória, trazendo a atenção do público para aquilo que desejava. Conquistando as massas por meio de seu discurso, Hitler foi ganhando mais força, sendo capaz de tomar o seu espaço no cenário político até chegar o momento certo para estabelecer o seu estado totalitário. Uma vez no poder, a essência de todo regime totalitário é de fato conhecida, ou seja, o terror. Dizer que o terror é a essência do totalitarismo significa dizer que o terror é aquilo que realiza a sua natureza, ou melhor, é aquilo que o completa. De acordo com Adverse (2022, p. 393), “isso corresponde à implementação de uma dominação de tal forma completa que a ação humana perde seu traço distintivo, a saber, sua espontaneidade”.

Para Arendt,

O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido. (ARENDR, 2012, p. 30).

E esse processo ocorre quando o regime totalitário consegue alcançar aquilo que pode ser definido como a realização de sua principal estratégia, sendo a modificação da essência humana por meio da destruição de sua liberdade — a qual a autora descreve com base no termo kantiano de “mal radical”. É nesse sentido que podemos dizer que os campos de concentração não foram construídos por um acaso. Ali se constituem os laboratórios onde a transformação da natureza humana é testada, da mesma forma que a eliminação dos judeus representa um significado muito mais profundo que o próprio antissemitismo. Tudo faz parte de um plano radical de exterminar toda e qualquer forma de pensamento e autonomia humana, visando:

- 1) impedir que qualquer aspecto da realidade possa contradizer sua premissa;
- 2) substituir a capacidade humana de pensar pela “camisa de força” da lógica e
- 3) neutralizar a espontaneidade humana, anular a vontade de agir de modo a torná-la não apenas desnecessária, mas inimiga da realização do projeto



totalitário (o súdito ideal do sistema totalitário não é aquele que adere por convicção, mas aquele que não tem convicção nenhuma). (ADVERSE, 2022, p. 396).

Portanto, pode-se afirmar que, após assumir o poder, um regime totalitário não necessita mais de seguidores fiéis e fanáticos por uma causa para se manter no poder, embora isso tenha sido fundamental nos estágios iniciais da constituição de sua base política. Arendt afirma ainda que o totalitarismo não procura o “domínio despótico do homem”, o que ele precisa de fato são de “marionetes” para controlar, precisa de “homens que sejam supérfluos”, ou melhor, precisa de homens que sejam incapazes de pensar e que deem carta-branca para suas ações. Esse controle total da superficialidade humana é concretizado nas atividades implementadas nos campos de concentração, onde a finalidade não é simplesmente destruir uma raça específica, uma vez que o projeto totalitário não é uma busca por vingança ou por vantagens, mas sim anular a condição de liberdade de todo ser humano (incluindo presos, funcionários ou cidadãos de outras sociedades) e, conseqüentemente, reduzi-los a animais supérfluos. (ARENDR, 2012, p. 605).

5. A banalidade do mal de Hannah Arendt

Todo esse processo resultará no que Arendt chamará de banalidade do mal. Apresentando pela primeira vez este termo em sua famosa obra *Eichmann em Jerusalém*, Arendt cria uma espécie de extensão do termo mal radical de Kant já destacado anteriormente. O mal radical seria então o responsável pela destruição da natureza humana (com sua espontaneidade e individualidade), resultando na materialidade da superficialidade do homem, enquanto a banalidade do mal seria a responsável pela destruição de sua capacidade de pensar.

O livro *Eichmann em Jerusalém* é escrito no formato de um relato jornalístico, no qual a autora analisa a figura de Adolf Eichmann, um oficial do exército nazista responsável por toda a parte logística dos trens que deportavam os judeus para os campos de concentração ou campos de extermínio — também conhecidos como locais do Holocausto.

Eichmann era um homem comum, casado e pai de quatro filhos, pertencente à típica classe média alemã, com costumes tracionais. Repleto de ambições



profissionais, decidiu filiar-se ao Partido Nacional Socialista no ano de 1932, vendo ali uma grande oportunidade de crescimento, como também uma oportunidade para melhor sustentar sua família. E, devido a suas atribuições de empenho e responsabilidade, conseguiu obter um grande reconhecimento dentro do partido, realizando muitas tarefas especializadas e de extrema importância.

O julgamento do nazista é marcado por uma grande repercussão e comoção global, considerado por muitos até maior do que o Tribunal de Nuremberg, que condenou os principais líderes nazistas após o fim da Segunda Guerra. E todo esse impacto se dá ao fato de que pela primeira vez desde o Holocausto, os judeus sobreviventes puderam compartilhar suas experiências sobre as atrocidades vivenciadas nos campos de concentração e confrontarem frente a frente (sem o risco de serem punidos) um dos responsáveis pela arquitetura de todo aquele terror. Contudo, é preciso aprofundar-se nas estruturas do próprio julgamento para compreender o significado do termo banalidade do mal proposto pela autora.

Durante o seu julgamento na Corte de Jerusalém, Eichmann sempre apresentava as mesmas respostas para as acusações que o cercavam, ou seja, a resposta de que estava apenas “cumprindo ordens” de seus superiores. Diante dessa perspectiva, Arendt foi capaz de identificar que tanto em Eichmann quanto em todos os outros funcionários do partido nazista não pairava uma espécie de maldade em forma patológica como, por exemplo, a psicopatia — assim como não foram encontradas anormalidades em outros líderes julgados em Nuremberg. Ao contrário, Eichmann era um homem absolutamente comum como todos os outros, com características burocratas e conformistas e, acima de tudo, um homem que seguia perfeitamente as ordens de seus superiores sem as questionar e muito menos questionar as consequências ligadas as suas ações, pois não era nem mesmo capaz de atribuir algum significado a elas. Segundo Arendt (1999, p. 37), sua tarefa de embarcar milhares de pessoas (homens, mulheres e crianças) para a morte nos campos de concentração jamais exerceu um peso em sua consciência, mas, ao contrário, “só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam”.

Além disso, uma das questões que mais inquietou Arendt em relação a Eichmann era o seu excessivo apego a frases prontas ou clichês, como ela mesmo



afirma “ele sempre foi genuinamente incapaz de pronunciar uma única frase que não fosse um clichê [...] e quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa” (ARENDR, 1999, p. 61-62).

Outro ponto que chamou bastante a atenção da autora alemã é o fato de Eichmann afirmar nunca ter tido nada contra os judeus e, portanto, nunca ter defendido nenhuma posição antissemita. Sua motivação para estar dentro do partido nazista sempre foi a oportunidade de obter uma carreira bem sucedida e uma boa aposentadoria, e não por questões ideológicas. A junção desses elementos foi fundamental para que Hannah Arendt atestasse a “normalidade” do nazista, sendo um homem “assustadoramente comum”, sem nenhuma grande virtude, não sendo nem muito inteligente, nem burro, e muito menos o psicopata monstruoso e/ou demoníaco que todos naquela corte queriam que fosse: “o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (p. 299). O que faltava em Eichmann era simplesmente colocar em prática o exercício fundamental de sua capacidade humana, ou seja, o pensamento crítico e a reflexão ética — algo de que ele abriu mão em busca de uma carreira de prestígio.

Vale ressaltar que a ideia proposta por Arendt ao defender a normalidade de Eichmann não é a de livrá-lo de suas responsabilidades em relação às mortes de milhões de judeus (como muitos a criticaram na época), mas sim a de destacar como que a simples ausência de pensamento e de reflexão por parte do ser humano pode resultar em um mal tão extremo manifestado por uma visão “banal” da realidade, isto é, um mal sem profundidade e/ou sem raízes. Isso mostra também que o mal não é somente resultado das ações de pessoas problemáticas ou malignas, por assim dizer, mas também resultado de uma obediência ou conformidade cega de pessoas comuns em questões autoritárias, bem como pela falta de reflexão ética de suas ações pessoais.

Dentro dessa perspectiva, Colem afirma que Eichmann pode ser interpretado como a imagem personificada do homem da massa alemã, que



não desempenhou mais do que as funções de um *animal laborans*⁹, pois a sua preocupação essencial era com o trabalho e com o cumprimento do dever, que era necessário para permanecer como um membro do Partido. As outras condições básicas, que podem ser encontradas em qualquer indivíduo, se perderam no momento em que sua única preocupação passara a ser com o bom desenvolvimento de suas atribuições. (2018, p. 38).

Ou seja, Eichmann é a imagem perfeita do homem supérfluo construído pelos regimes totalitários. Um homem que abandona a si mesmo, abandona o seu agir e pensar de forma independente, afastando-se de sua individualidade, de sua vida política e social e, conseqüentemente, isentando-se de suas responsabilidades por sua irreflexão.

A lição que a autora nos mostra com Eichmann e a banalidade do mal é que o mal nem sempre será fruto de pessoas de essência maligna, podendo ser consumado também por pessoas absolutamente comuns e normais, como qualquer um de nós, justamente por não pensar criticamente sobre o que fazemos e sobre as conseqüências de tais atos — aceitando o inaceitável, e transformando-o em algo normal, pois, conforme destaca Correia (2002, p. 146), “a falência dos conteúdos morais tradicionais, a persistência do caráter obediente e a ausência de reflexão formam a combinação básica do indivíduo capaz de levar o mal a extremos impensáveis”.

6. A guerra do pensamento contra a manipulação totalitária

Após uma análise aprofundada acerca das dinâmicas e estruturas que moldam o domínio totalitário, pode-se afirmar, concisamente, que os ideais orientadores de tais estruturas estão sempre relacionados à negação da pluralidade e da liberdade humana. É justamente debruçado sobre essa negação que o totalitarismo consegue disseminar a utopia de sua propaganda, ou seja, de seu mundo fictício moldado por características invertidas, onde o que é ética e politicamente correto é interpretado com base na destruição e no terror.

⁹ Termo utilizado por Hannah Arendt para destacar uma das dimensões correspondentes à condição humana. O *animal laborans*, seria, portanto, o ser que “se encontra aprisionado às necessidades biológicas e trabalha para promover sua subsistência” (CORREIA et al., 2022, p.18).



Dessa forma, Arendt é convicta em enfatizar que a mentira seria para a propaganda totalitária o seu principal pilar de sustentação, no qual se apoiam slogans e fatos criados com o intuito de velar a própria realidade, deixando as pessoas completamente cegas e incapazes de questioná-la. Talvez um dos slogans nazistas mais famosos e controversos (causa de grande repúdio em que o lê) é a famosa frase *Arbeit macht frei* (o trabalho liberta), escrito na fachada de entrada do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, onde se estima que cerca de 1,3 milhões de pessoas foram brutalmente assassinadas. Na verdade, nunca existiu qualquer tipo de trabalho e muito menos alguma possibilidade de libertação. Ali, naquele campo, como em tanto outros, o que ocorreu de fato foi a marca da ignorância, do terror e da realidade fantasiosa, onde o trabalho se tornou um verdadeiro genocídio e a libertação se converteu na extinção da natureza humana.

A força que move o totalitarismo e seus líderes, tornando todo o seu percurso possível, é busca incessante em transformar e igualar o comportamento humano ao comportamento de animais, isto é, negando a sua capacidade de pensar e produzindo pessoas completamente vazias — conforme a autora observou em Eichmann —, insuficientes para pensar ou lembrar da banalidade presente tanto no mundo quanto em suas ações.

Com base nas reflexões de Hannah Arendt, é possível afirmar que o mal maior presente na sociedade seria a falta de pensamento, já que pensar nos torna capazes de distinguir entre o certo e o errado, de conviver intimamente com nós mesmos, e de desenvolvermos a lembrança — algo fundamental para a imposição dos limites de nossas ações. Portanto, abdicar-se de pensar também pode ser entendido como um crime gravíssimo contra a sociedade e contra a nossa própria essência humana. A autora ainda afirma que “uma vida sem pensamento é totalmente possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar a sua própria essência — ela não é apenas sem sentido; ela não é totalmente viva. Homens que não pensam são como sonâmbulos” (ARENDR, 2000, p. 143).

O pensamento crítico se apresenta, nesse sentido, como o maior inimigo dos regimes totalitários e de suas atrocidades, e toda forma de pensamento que se desvie de uma linha preestabelecida é considerado como suspeito, desenvolvendo a essência do regime como “a luta pelo domínio total de toda a população da terra, a



eliminação de toda realidade rival não-totalitária, eis a tônica dos regimes totalitários; se não lutarem pelo domínio global como objetivo último, correm o sério risco de perder todo o poder que porventura tenham adquirido” (ARENDR, 1989, p. 442). Isso ocorre pelo fato de os movimentos totalitários terem consciência de que o exercício do pensar de forma autêntica permite aos indivíduos questionar e analisar suas ações, assim como as ações de outros membros de uma sociedade, assegurando a justiça e a liberdade para todos. Pela ótica totalitária, permitir que isso aconteça seria como abraçar o processo de sua própria destruição.

Logo, compreende-se que somente com o exercício do pensamento crítico é que se pode evitar que atrocidades e perversidades como a do Holocausto se repitam, preservando de fato a condição e a própria dignidade humana. Em outras palavras, o pensamento é como a luz de um farol que clareia a escuridão oriunda de propostas manipuladoras, dando ao ser humano a capacidade de enxergar a realidade ao seu redor e, além disso, dando-nos a possibilidade de enxergar o “mal banal” que se disfarça como normalidade no dia a dia em forma de condutas, ações e, sobretudo, discursos salvadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, reconhece-se que a reflexão adquirida em conjunto com o pensamento arendtiano é a de que o totalitarismo, como um capítulo sombrio marcado na história da humanidade, nunca deveria ter surgido e ganhado força no ambiente político. Dentro dessa perspectiva, buscou-se neste trabalho, por meio de diversas análises e discussões, entender os motivos que levaram a essa tragédia, isto é, estudando a essência de quem a praticou, uma vez que as vítimas (independentemente de seu contexto histórico e as particularidades que possam causar ódio em outras pessoas) jamais podem ser injustamente consideradas culpadas. Culpados são aqueles que negaram a si, negaram a atividade do pensar, a autonomia e a liberdade, deixando-se atrair por um discurso sedutor e, em decorrência disso, apegando-se ao ódio, à violência e ao terror. Em outras palavras, culpados são aqueles que, como Eichmann, sacrificaram a própria consciência e/ou dignidade em



troca de benefícios particulares, reconhecimento, posições de prestígio ou dinheiro, não se importando com nenhuma outra vida que não fosse a sua.

No entanto, faz-se mister afirmar que o fim da Segunda Guerra não marca uma eliminação automática dos regimes totalitários. Atualmente, países como Coreia do Norte, Irã, Venezuela, China, Síria, entre outros, ainda sofrem com a imposição da força, da violência e da lógica do terror como forma de controle ditatorial, perdendo seu direito de liberdade através da repressão, da censura e da obediência inquestionável.

Consequentemente, a lição que a ascensão do totalitarismo como forma de governo nos mostra é a de que o ser humano e a reflexão jamais podem caminhar de forma isolada. O pensamento, destacado por Arendt como faculdade que preside o espírito, é o que nos diferencia enquanto seres humanos, o elemento chave que une nossa essência, nos conecta com nosso próprio ser e dirige nossas escolhas através da distinção moral entre o certo e o errado, sendo fundamental para nos desprendermos das amarras lançadas por uma obediência cega no formato de discursos e propostas de caráter manipulador.

O mal discutido por Arendt não é, portanto, uma questão psicológica (como muitos defendiam ou queriam que fosse), mas sim uma questão estritamente social, ligada à falta de liberdade e autonomia humana. A banalidade do mal pode ser considerada como o grande mal social, que tem sua sustentação na ausência de pensamento e reflexão, na obediência cega e, principalmente, na omissão por parte do ser humano, fazendo com que o homem exerça o seu descomprometimento com seus pares, e ausentando-se de sua humanidade. Assim, o mal banal, que seria um mal sem raízes ou de motivos compreensíveis, não é uma atividade própria de pessoas de espírito maligno, mas de seres humanos absolutamente comuns e normais, sejam eles pais ou mães de família, empresários ou funcionários, com ensino completo ou analfabetos, ou melhor, qualquer pessoa que esteja viva e participante de uma sociedade.

A resposta para essa problemática reside na autonomia. É ela a única força capaz de vencer o princípio de superficialidade fundado nos campos de concentração, tornando-se a força para a reflexão, para a autodeterminação e, sobretudo, para a não-participação. Tudo isso possibilita o homem ao diálogo do pensamento, entendido



por Arendt como uma atividade privada e própria da solidão, na qual o ser humano se encontra de fato por meio de um diálogo silencioso do “eu comigo mesmo”.

Ao conectar-se consigo mesmo, o homem consegue se despertar, tomar consciência para agir e vivenciar o seu papel na esfera pública e política, cultivando o que é bom para o bem-estar social. A ação é entendida por Hannah Arendt como o centro da condição humana e, portanto, sua própria essência. É por meio dela que o homem se torna capaz de fugir da lógica subjetiva da vida, ou seja, a de nascer com a finalidade da morte, para construir algo sempre novo e restaurador.

Ao contrário do pensamento, a ação nunca é realizada de forma isolada, mas sim plural e conjuntamente. É na interação com outros que os seres humanos se identificam como iguais, estabelecendo espaços públicos de luta por uma sociedade justa e livre. Apenas quando temos liberdade para agir e manifestar nossas opiniões é que uma verdadeira política pode se desenvolver, nos afastando completamente do autoritarismo.

Portanto, é na união das atividades individuais e plurais em busca de um bem comum que encontramos a verdadeira essência da política, da liberdade e da humanidade. É através da ação conjunta que moldamos nossa história e cultivamos uma sociedade democrática e justa, onde cada voz é ouvida e cada ser humano é livre para ser quem deseja ser, e automaticamente livre do autoritarismo e de suas propostas manipuladoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADORNO, Theodor W. **Educação após Auschwitz**. In: Educação e Emancipação. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 119-138, 2003.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADVERSE, Helton. Hannah Arendt e As origens do totalitarismo. O surgimento de uma nova forma de governo. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 13, n. 26, p. 389-400, dez. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/download/29878/20562/>
. Acesso em: 30 mar. 2024.

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], v. 15, n. 43, p. 109-125, abr. 2010. FapUNIFESP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ByLpxkpQTJk4LGSR4SgHhVr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Tradução César Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. 4ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras; 1999.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao Pensar**: o ser, o conhecer, a linguagem. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

CANAL, Rodrigo. O significado de pensamento crítico. **Perspectivas em Ciências Tecnológicas**, Pirassununga -SP, v. 2, n. 2, p. 49-74, mar. 2013. Disponível em: <https://fatece.edu.br/arquivos/arquivos-revistas/perspectiva/volume2/4.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

COLEM, Indi Nara Corrêa Fernandes. **Introdução à banalidade do mal em Hannah Arendt**: reflexões filosóficas em tempos sombrios. 2018. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Filosofia), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CORREIA, Adriano. **Arendt e Kant**: banalidade do mal e mal radical. *Argumentos*, ano 5, n. 9 - Fortaleza, jan./jun. 2013.

CORREIA, A. O pensar e a moralidade. In: _____. (Org.). **Transpondo o abismo**: Hannah Arendt entre a filosofia e a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CORREIA, Adriano et al. **Dicionário Hannah Arendt**. São Paulo: Edições 70, 2022.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **Filosofia: antiguidade e idade média**. São Paulo: Paulus, 2017. (Coleção Filosofia). 1 V.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **Filosofia: idade contemporânea**. São Paulo: Paulus, 2017. (Coleção Filosofia). 3 V.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **Filosofia: idade moderna**. São Paulo: Paulus, 2017. (Coleção Filosofia). 2 V.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Hannah Arendt e o totalitarismo: o conceito e os mortos. **Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista**, v. 7, n. 1, p. 243-260, 2007. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3885/3194>. Acesso em: 30 mar. 2024.